

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DOS MODELOS DE DIFUSÃO DA CERÂMICA TUPI-GUARANI NO BRASIL

*Ondemar Dias**

RESUMO: Desde que em função das pesquisas do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas foi estabelecido o primeiro modelo de difusão da Tradição Tupi-guarani que este assunto vem sendo debatido pelos pesquisadores brasileiros. Se aquela antiga perspectiva é considerada hoje ultrapassado pelo avanço do conhecimento gerado pelos novos dados disponíveis, na verdade os novos modelos gerados posteriormente mantiveram exatamente o mesmo método analítico da difusão material a partir de focos hipotéticos, situados na área amazônica. Aparentemente ocorreu um acúmulo de novas informações, sem que se alterassem as questões teóricas básicas. Dos dois modelos mais atuais aceitos, um proposto por Schimtz apoia-se no antigo modo de entender a questão, somando àquela uma perspectiva de caráter ecológico-cultural, desde que interpreta como sendo resultado da adaptação ambiental as diferenciações entre áreas geográficas ocupadas por representantes daquelas culturas. O modelo proposto por Brochado, no entanto, em que pese sua aceitação pela maioria dos pesquisadores, além de manter uma tradicional ótica difusionista parece menosprezar, também o quadro de datações existentes, investindo-as em relação aos trajetos propostos para a migração "Tupi" litorânea. O texto apresentado discute a questão e propõe não uma nova perspectiva geral, propugnando, no entanto, pela adoção de estudos locais aprofundados, reservando aos modelos existentes um papel de roteiros ou guias hipotéticos de apoio.

Um dos temas que mais tem chamado a atenção dos pesquisadores nas últimas décadas no nosso país é aquele que se refere às origens, desenvolvimento e dispersão do grande grupo humano denominado Tupi-guarani¹. No século da chegada dos europeus este grupo

* Instituto de Arqueologia Brasileira.

1. O termo Tupi-guarani tem sido sempre empregado para designar a língua falada pela maioria dos grupos tribais que ocupavam a costa brasileira na época do contato europeu, a partir do século XVI, sendo também chamada de "língua geral". Por extensão é também utilizada para designar as próprias sociedades tribais que se estendiam por todo o vasto litoral e áreas do

dominara e se expandira por vasta extensão do território americano, especialmente nas áreas onde se constituiriam o Brasil e as repúblicas vizinhas do Uruguai, Argentina e Paraguai, atingindo ainda parte do Peru e provavelmente mesmo a amazônia equatoriana. Embora com inúmeras variantes locais, expressas tanto nos aspectos da sua cultura material quanto nos dialetos em uso, constituíam, sem dúvida, uma grande sociedade, unida por incontáveis aspectos culturais repetidos, sejam nos laços econômicos e sociais, sejam nas suas estruturas mentais, estando também vinculados a uma língua padrão.

Em relação a esta língua, mesmo que desde os primeiros tempos de contato, tanto os religiosos, interessados em sua catequese, quanto depois os estudiosos tenham definido sua divisão em dois grupos falantes, auto-reconhecidamente diferenciados, Tupi ou Tupinambá (no norte do território) e Guarani (no sul), estas variações não impediam a compreensão entre indivíduos ou unidades sociais pertencentes a cada uma delas. Os inúmeros fatores expressos no seu artesanato, nas suas modalidades de produção de alimentos e nas regras sociais, entre outros, puderam ser agrupados dentro de uma extensa e contínua macro organização cultural. Estes mesmos fatores, uma vez materializados nos artefatos e demais itens da sua manifestação cultural, são de tal ordem repetidos e constantes entre os variados grupos e comunidades locais, que permitiram, desde há muito, sua identificação como um complexo social distinto e peculiar, capaz de ser reconhecido em qualquer ponto do espaço por ele ocupado. Se, por um lado, as variações entre os grupos constituintes desse complexo tradicional só podem ser visualizadas através de micro-diferenciações resultantes de adaptações locais e situações temporais, estes mesmos padrões se destacam como um conjunto definido, especialmente em relação a outros grupos ou elementos culturais de tradições diferenciadas.

Os arqueólogos brasileiros já há alguns anos vem se dedicando tanto á tarefa de esclarecer as suas constantes perpetuadas nos restos materiais e tentando definir elementos caracterizadores de continuidades, quanto as suas variáveis e diferenças relacionadas ás situações espaço temporais peculiares.

interior. Neste texto será empregada em ambos os significados, reservando-se o termo Tupiguarani, conforme explicado, para definir a tradição cultural arqueológica a eles correspondente.

Nossa pretensão, neste texto, é avaliar alguns elementos deste complexo a partir das ideias atualmente mais aceitas e esboçar uma perspectiva parcialmente divergente que, esperamos, possa despertar o interesse e a crítica dos pesquisadores.

A Tradição Tupiguarani

Não é nossa pretensão resumir aqui todos os dados e conclusões resultantes de, pelo menos, trinta anos de pesquisas arqueológicas que permitiram a caracterização daquilo que conhecemos hoje com o nome de Tradição Tupiguarani. O interessado encontra excelentes trabalhos onde estes dados estão claramente organizados (Ver, por exemplo: Scatamacchia, 1990). Ficaremos, pois, restritos á elaboração de um roteiro base capaz de tornar inteligível o processo de reconstituição que resultou nos esquemas mais aceitos na atualidade e cuja análise objetivamos neste texto.

Parece-nos sem dúvida que, embora existam trabalhos antigos a respeito desse complexo cultural, foi a partir da década de sessenta, com o PRONAPA², que começou a se delinear a existência de uma Tradição arqueológica capaz de ser vinculada aos povos historicamente designados como Tupi ou Guarani. Os dados então disponíveis apontavam para a hipótese de que conjuntos de unidades culturais denominadas “fases”, malgrado situações espaço-temporais diversificadas, apresentavam tais continuidades entre si no acervo material, e tantas similaridades em relação ás descrições históricas e ertnográficas daqueles grupos, que seria perfeitamente viável relaciona-las ás evidências documentais escritas, numa aproximação entre os dados históricos e os arqueológi-

2. O PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas) coordenado pelos Drs. Clifford Evans e Betty Meggers e reunindo árcuecólogos brasileiros responsáveis pelas pesquisas em dez Estados brasileiros, desenvolveu-se entre os anos de 1965 a 1970 e foi patrocinado pelo Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Smithsonian Institution, tendo sido devidamente autorizado pela (então) Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Como base instrumental de trabalho, seus participantes organizaram uma “terminologia arqueológica” e empregaram métodos e técnicas unificadas de abordagem de campo e análise de laboratório. Durante a vigência do PRONAPA ocorreram inúmeras reuniões de avaliação e os Relatórios Preliminares de Pesquisa foram publicados por Mário F. Simões nas Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi.

cos. Criou-se, inclusive, um neologismo até hoje algumas vezes mal entendido para caracterizar a Tradição, a palavra Tupiguarani.

Se por um lado, no entanto, os traços repetidos especialmente no acervo cerâmico demonstravam a viabilidade da configuração de um “continuum” cultural a nível de tradição, por outro a diversidade de elementos micro-diferenciais entre as fases indicava a necessidade de divisões cronológicas e estilísticas. Segundo as características do próprio labor do arqueólogo, foi então que, a partir das ênfases observadas e medidas quantitativamente nos padrões decorativos (mais do que nos morfológicos ou tecnológicos) que foram propostas divisões em Sub-Tradições e teorizados caminhos de difusão, estes fundamentalmente estruturados sobre as datações radiocarbônicas disponíveis.

Algum tempo depois, Brochado (1973) enfatizou a questão dos processos de difusão e apresentou as primeiras críticas ao esquema. Naquela oportunidade já apontava para a perspectiva de que os elementos até então mal considerados e relacionados às divisões linguísticas deveriam assumir um peso maior. Como consequência, deu início ao processo de divisão da Tradição em duas, ao seu ver, acima dos limites e caracterizações específicas da perspectiva puramente arqueológica.

Este esquema foi também seguido por Schmitz (1978). Adotando um posicionamento de maior ênfase nas relações dialéticas entre o meio ambiente e as características culturais daquela sociedade, aquele autor, dispondo de um volume maior de dados e datações, mas sem se afastar dos métodos tradicionais de análise arqueológica, especialmente se apoiando nos fatos tipológicos e enfatizando a questão dos padrões decorativos, propôs a divisão da Tradição em “Pintada” e “Corrugada”, a primeira para o norte e a segunda para o sul.

Os esquemas vigentes

Atualmente dois esquemas dividem aceitação dos arqueólogos brasileiros.

O primeiro, de Schmitz (1991) concorda com a origem amazônica e relativamente recente para os grupos Tupi-Guarani. Estes já deveriam estar fixados, ao redor do nascimento de Cristo, nas florestas sub-tropicais em áreas correspondentes ao Sul e repúblicas vizinhas. Alguns

séculos depois existiriam já duas populações diferenciadas, uma do Paranapanema para o norte, de fala Tupi, caracterizando a Sub-Tradição Pintada e outra daquele vale para o sul, constituindo a Sub-Tradição Corrugada, de fala Guarani. Segundo ele, no início também no sul predominaria a decoração pintada. Entre os dois grupos haveriam variáveis tecnológicas e econômicas, como, por exemplo, aquelas manifestadas no formato do vasilhame e nas práticas agrícolas. Neste caso, os do grupo sul, Guarani, cultivariam a variedade doce da mandioca, enquanto que os do norte, a sua variante amarga (Schmitz: op. cit: 37/38).

O modelo de Brochado (1980, 1984 e 1989) é mais complexo e resulta de uma visão desenvolvida por Lathrae e seus seguidores, que elegeram a amazônia como o centro principal de desenvolvimento e difusão cultural das tradições ceramistas do Brasil. Assim, segundo ele, a partir de ondas originadas internamente, a cerâmica indicaria a dispersão de populações que teriam se espalhado por diversas direções, aproveitando a extensa rede fluvial da região. Entre estas vagas, aquelas que agora nos interessam mais de perto, incluiriam a expansão e colonização dos "Proto-Guarani" que descenderiam de um ramo da Sub-Tradição Guarita, que após uma longa, e diga-se descaracterizadora, viagem atingiria o sul do país. Os "Proto-Tupi", por sua vez, também teriam sua origem em grupos saídos de um dos ramos daquela Sub-Tradição, denominada Sub-tradição Miracanguera que, após colonizar a ilha de Marajó, teria se expandido do norte para o sul pelo litoral atlântico (Brochado, 1989: 73/s e 1991: 86). Embora o autor discuta a existência de diversas Sub-tradições diferenciadas, destaca que todas se vinculariam à Tradição Policrôma da amazônia. É neste sentido, inclusive, que devemos entender o uso desta denominação nos recentes trabalhos, sobretudo de Scatamacchia (1990), ao se referirem à cerâmica Tupiguarani do litoral.

A questão lingüística

A maioria dos autores reconhecem ser difícil o relacionamento entre expressões culturais arqueológicas e estruturas lingüísticas, mas no caso da Tradição Tupiguarani desde cedo se aceitou a sua associação à "língua geral", falada na região costeira na época do descobrimento e conquista européia.

Esta língua, por sua vez, desde o início da colonização foi percebida como agrupando dois conjuntos de características diferenciadas, capazes de identificar falantes “Tupi” e “Guarani”, ambos com sua localização já comentada aqui. O limite entre as duas “falas” estava localizado na região do atual Estado de São Paulo.

O esquema de difusão cultural da Tradição proposto inicialmente pelo PRONAPA, não considerou preliminarmente este problema, sobretudo em se tratando de um esquema experimental e pioneiro. Nele, no entanto, estava implícita a idéia de que os grupos considerados mais antigos no sul, da Sub-Tradição Pintada, teriam dado origem à Sub-Tradição Corrugada, que se deslocando para o norte viria a se localizar na área dos falantes Tupi ou Tupinambá.

Atualmente, mesmo que de forma não explícita, a tese de Schmitz (1991:59) apoia-se em ideia algo assemelhada, desde que integra a si a perspectiva proposta por Migliazza (1982). Segundo este autor, o tronco Tupi, embora originado há cerca de 5.000 anos passados na área do médio rio Madeira, teria atingido a região entre os rios Paraná e Paraguai há aproximadamente 1.800 anos atrás, onde, então, poderia ter ocorrido a diferenciação entre Guarani e Tupi.

Contra esta perspectiva se coloca Brochado (1989:67) e Scatamacchia (1990:95), ambos se apoiando em Rodrigues (1984/5) que defende a ideia de que Guarani e Tupi pertencem a subconjuntos já diferenciados. Brochado (op. cit. 68) utilizando dados de Lemle (1971) argumenta, inclusive, que a diversificação é antiga, havendo mesmo a possibilidade de que ambos sejam provenientes de “proto-linguagens” diferentes, embora não aprofunde, nem alicerce com segurança, esta assertiva.

Podemos observar, então, que cada corrente encontra hoje apoio em estudos de grotocronologia para defender a diversificação mais recente (e, portanto, local) ou mais antiga (então se reportando a locais distantes da área tradicional). Ambas, no entanto, concordam quanto à viabilidade de que o tronco antigo, comum aos dois conjuntos, tenha sua origem localizada na amazônia.

Método utilizado neste texto

Todos os autores mencionados, enquanto arqueólogos, mesmo que se valendo de recursos variados, como aqueles oriundos das pes-

quisas em grotocronologia, basearam-se, especialmente, nos dados divulgados por colegas, tanto a respeito de fases (que agrupam conjuntos de sítios), quanto em relação a sítios isolados.

Numa tentativa de melhor entender os esquemas e avaliar as bases nas quais se apoiam, procuramos também sumarizar aqueles mesmos dados, utilizando, no entanto, exclusivamente fases e sítios com clara definição cronológica, absoluta, estabelecida por datações radiocarbônicas ou por termoluminescência. Nesta fase de estudo, não nos valem os dados e identificações relativas, pela margem de erro evidente que eles comportam.

É necessário esclarecer que o fato de utilizarmos exclusivamente conjuntos datados, não reduziu o trabalho aos termos de um único referencial (o tempo). Ao aceitarmos as identificações e caracterizações culturais dadas por cada autor, logicamente que incluímos no nosso estudo estes mesmos elementos. Assim, cada dado em si contém todos os demais do contexto, ou sejam, as características morfológicas expressas nos aspectos materiais do acervo descrito, a sua localização geográfica e sua situação temporal.

Utilizamos somente dados publicados, muitos dos quais já anteriormente reunidos por colegas em suas sínteses e teses, além dos catálogos de datações do PRONAPA e de outras fontes³. Organizamos quadros e gráfico com estes traços e de sua análise resultaram algumas observações que julgamos de interesse e que demonstram a necessidade de continuarmos (todos os interessados) a trabalhar sobre o tema, desde que se configuraram algumas discrepâncias de vulto.

Síntese das observações

Quadro I — Nele estão expressas as durações das fases do sul, Sub-tradição Corrugada ou Guarani, mais as fases ali consideradas como vinculadas à Sub-Tradição Pintada. Podemos observar que há uma concentração de fases com mais de 200 e menos de 1.100 anos.

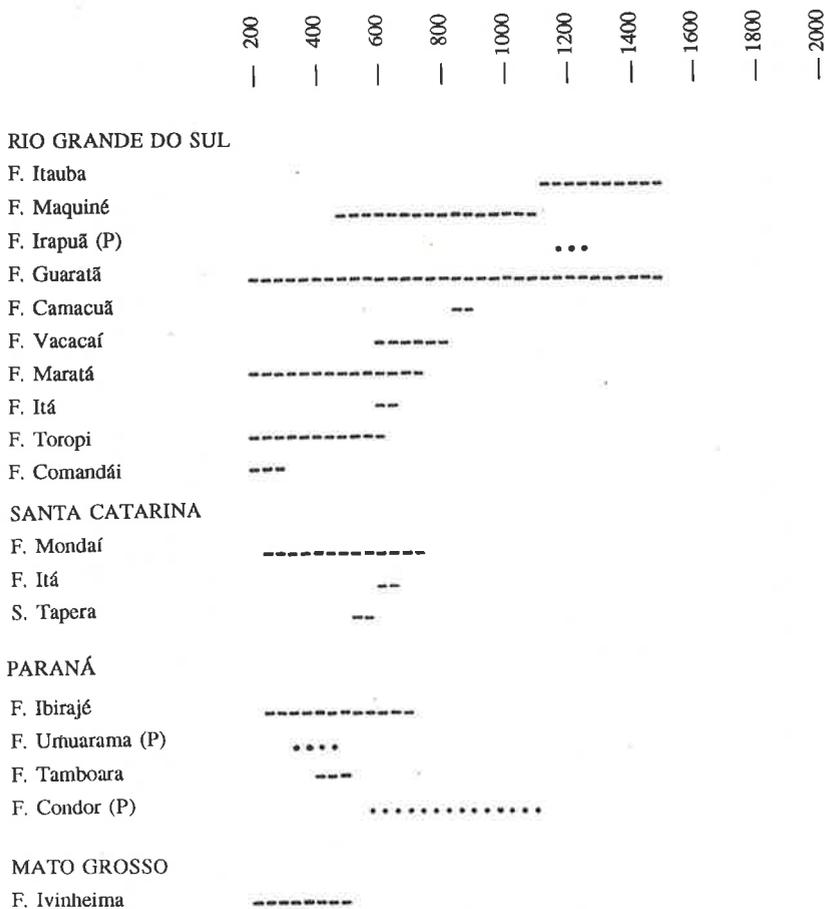
3 Para a organização dos quadros e gráfico foram utilizadas as datações contidas na bibliografia citada no texto, mais o Catálogo de Datações pelo Método do Carbono-14 da Smithsonian Institution e o Índice de Fases Arqueológicas Brasileiras, editado por Mário Simões. Para não tornar demasiadamente extensa a bibliografia consultada, deixamos de citar os nomes dos autores das fases e sítios datados, remetendo o interessado às fontes mencionadas.

Vemos, ainda, que somente ocorre uma fase Pintada no Rio Grande do Sul, a Irapuã, mais antiga do que este horizonte e uma, a Umuarama, no Paraná. Por seu turno, também, somente duas fases Corrugadas, ambas no Rio Grande do Sul, a Itauba e a Guaratã ultrapassam este marco de antiguidade, até o momento.

Fica evidente, também, que há um único registro datado de fase Pintada antiga no Rio Grande do Sul (a Irapuã), com duas datações de C-14. As demais fases Pintadas se localizam no Paraná, portanto no extremo norte da Região Sul e, tirando uma datação da Umuarama, as demais disponíveis (para as fases Condor, Cambará e para a própria Umuarama) concentram-se entre mais de 300 e cerca de 800 anos passados, com uma data mais recente para a Cambará (cerca de 100 anos) e uma mais antiga para a Condor (cerca de 1.050 anos a.P.).

Quadro II — Neste estão consideradas as datações por séculos e estabelecidas relações percentuais entre elas. Na coluna da esquerda aquelas referentes às fases Pintadas e na coluna da direita as das fases Corrugadas. Embora se tratem de dados estatísticos, sujeitos a todas as distorções inerentes, sobretudo considerando o pequeno número de elementos disponíveis, (19 datas para a Sub-Tradição Pintada e 59 para a Corrugada), o gráfico resultante mostra, pelo menos em princípio, alguns aspectos de interesse. Assim, há um horizonte mais antigo, entre 1.200 e 1.600 anos a.P. onde ocorre um equilíbrio entre as fases das duas Sub-tradições na Região Sul (aqui eliminadas as diferenças entre Estados). Há um horizonte intermediário, com mais de 300 e menos de 1.200 anos, onde as datações para as fases Corrugadas crescem e depois diminuem (na verdade, sempre dominando, mas de forma gráfica, entre mais de 600 e menos de 900 anos) e um horizonte recente, com menos de 300 anos onde as fases corrugadas dominam amplamente.

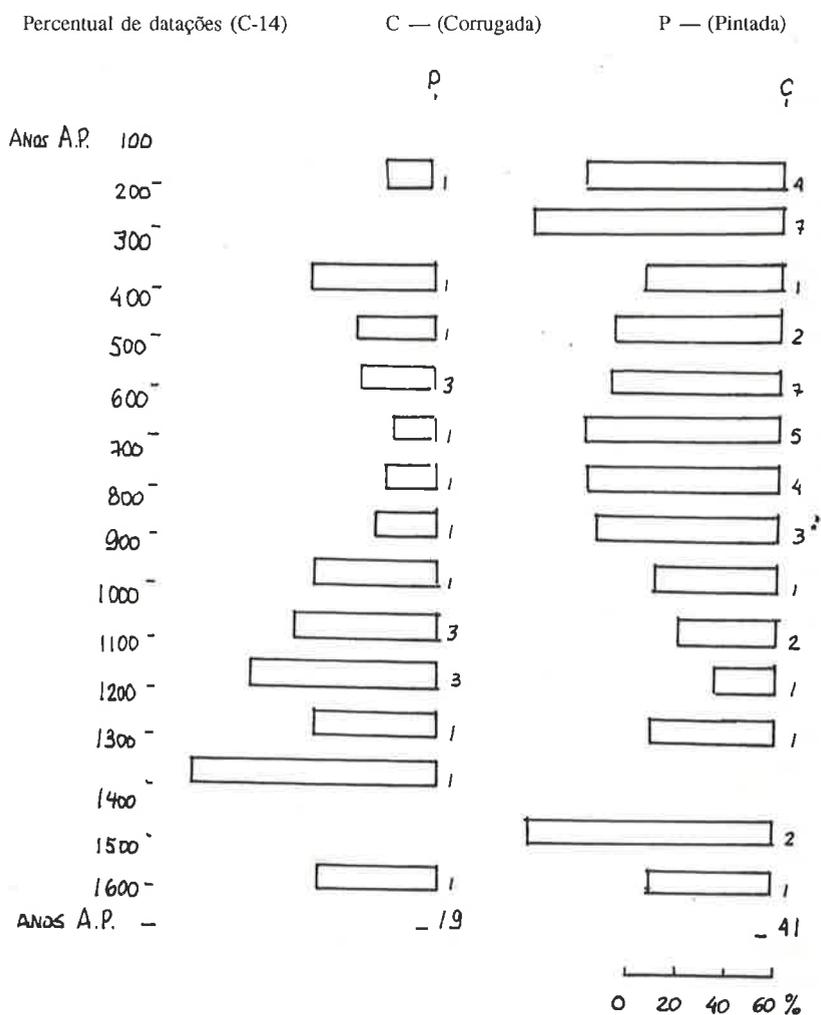
Comparando os dois primeiros quadros, podemos concluir, valendo-nos dos dados disponíveis que: 1) Existem ainda poucos elementos para, de forma clara, aceitarmos a ideia de um povoamento inicial da Sub-Tradição Pintada em plena Região Sul e: 2) Que a constância de fases da Sub-Tradição Pintada nesta Região fisiográfica, especialmente no seu limite Norte, no Estado do Paraná, pelo menos entre mais de 300 e menos de 1.400 anos passados), não só torna o quadro complexo como insinua uma pressão de grupos da Sub-Tradição Pintada, ou Tupi, desde o início da colonização pré-histórica sobretudo nesta zona “fronteiriça”.



QUADRO I — Distribuição Cronológica das Fases e Sítios da Sub-Tradição Corrugada (---) e Pintada (...) no Sul do Brasil.

QUADRO (GRÁFICO) II

Relacionamento entre as Sub-Tradições Tupiguarani no Sul do Brasil



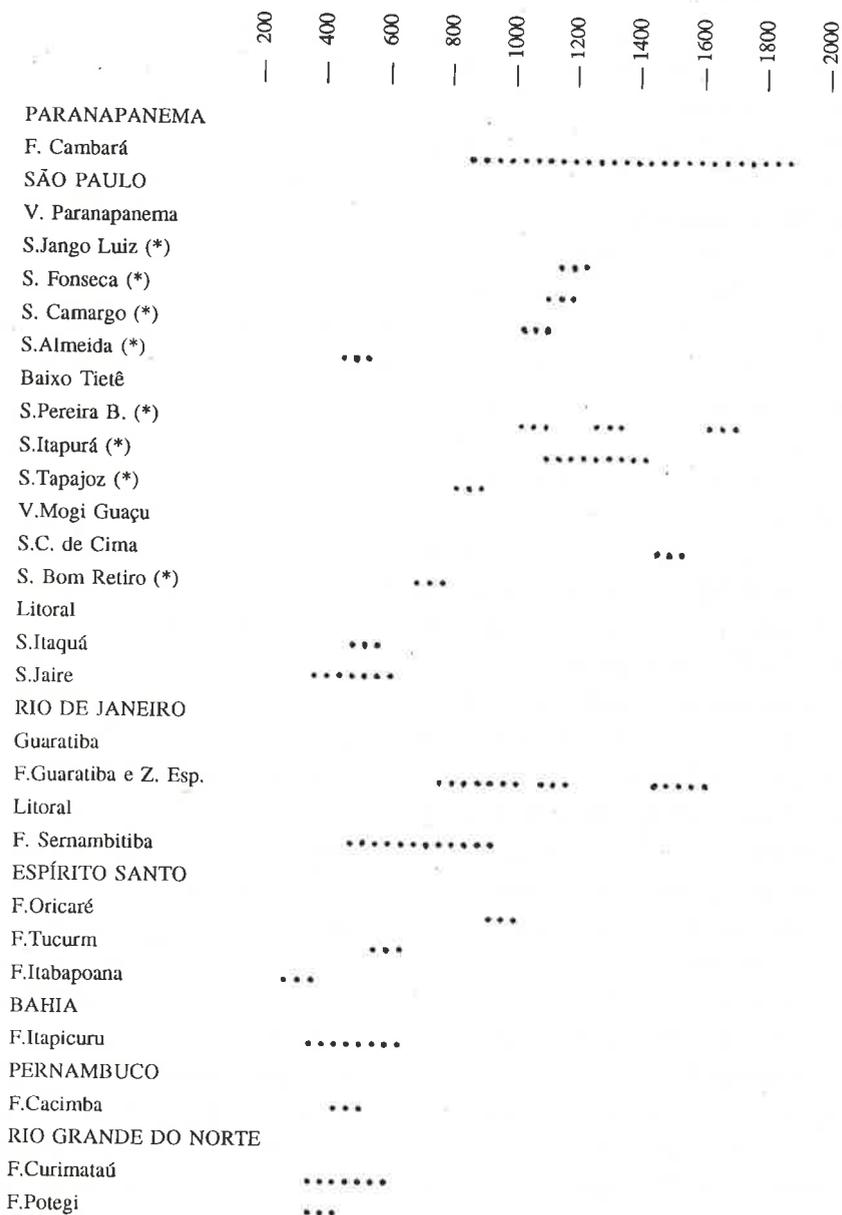
Quadro III — Este sintetiza as ocorrências e durações de fases e sítios isolados da Sub-Tradição Pintada, ou Tupinambá, ao Norte do rio Paranapanema. Utilizamos as datações de C-14 e Termoluminescência disponíveis e como muitas se referem a sítios isolados, agrupamo-los por áreas específicas, dentro do Estado de São Paulo, onde predominam. Do seu estudo assomam alguns dados de relevo.

Inicialmente, podemos observar que as datações mais antigas estão concentradas em São Paulo, no extremo sul do território, no vale do rio Paranapanema e baixo Tiete e daí se estendem até Guaratiba, no Estado do Rio de Janeiro, sendo seis delas com mais de 1.300 anos. A concentração de datações se dá entre mais de 300 e menos de 1.200 anos antes do presente, com uma única exceção mais recente no Espírito Santo. A observação mais importante, no entanto, se dá quando fica demonstrado que as fases datadas são cada vez mais recentes em direção norte. No estado atual do conhecimento, portanto, baseados nestes dados disponíveis, podemos concluir que não há evidência séria em apoio à hipótese de uma migração ou difusão do norte para o sul. Pelo contrário, os fatos expressos neste quadro indicam de forma insofismável a possibilidade de um deslocamento contínuo (sem abandono da área já ocupada) do sul para o norte, especialmente evidente a partir do Espírito Santo.

Configura-se, igualmente, uma área central de maior densidade ocupacional, no Estado de São Paulo e parte do Rio de Janeiro. A diminuição gradual de fases identificadas em direção ao Nordeste não indica, obrigatoriamente, que o povoamento regional tenha sido mais ralo, em relação a esta Tradição. Esta fato pode estar ligado à menor soma de pesquisas sobre sítios tupiguarani. Desde que, no entanto, temos que nos basear nos dados disponíveis, e não em possibilidades dependentes das investigações futuras, parece-nos justo supor, neste momento, que os dados arqueológicos apontam para uma ocupação Tupi mais concentrada no Sudeste do que no Nordeste.

Comparação dos Quadros I e III — Comparando estes dois quadros, que sintetizam a colocação espaço-temporal dos dois conjuntos de fases e sítios aqui estudados, algumas evidências se tornam dignas de comentários. Preliminarmente temos que aceitar, como ponto passivo de discussão, nesta etapa do trabalho, as identificações e vinculações culturais definidas pelos autores (ou inventores) para cada um

QUADRO III



(*) Termoluminiscência

dos “fatos” aqui reconhecidos. A partir desse elemento de base fica, então, ressaltado:

1) Há um conjunto de sítios e fases vinculados á Sub-Tradição Pintada, Tupi ou Tupinambá, fixado predominantemente no território que se alonga do vale do Paranapanema (incluindo parte do Paraná) até Guaratiba, no Rio de Janeiro e que se estende dos momentos mais antigos da ocupação, iniciada ao redor de 1.400 a 1.600 anos passados, até cerca de 800 anos antes do presente. Em direção sul este complexo permanece em território paranaense até horizontes recentes (de 600 a 100 anos a.P.), com uma intrusão antiga no Rio Grande do Sul. Para o norte parece definir um gradual deslocamento e ocupação que atinge o Espírito Santo (com datas mais antigas ao redor de 1000 a.P.), a Bahia (datas iniciais em cerca de 700 anos a.P.), Pernambuco e Rio Grande do Norte (com as datações mais antigas, divulgadas, ao redor de 400 anos a.P.). Na area focal da ocupação inexitem datas radiocarbônicas recentes, pois as disponíveis informam antiguidade pré-colonial para as fases e sítios pesquisados, (exceto o sítio Jaire, em S.Paulo, plotado em ca. de 350 a.P.), mas inúmeras evidências arqueológicas relativas e a documentação histórica comprovam a permanência desta população adentrando o período colonial, o que nos permite concluir que o deslocamento das populações não implicava no abandono das áreas anteriormente ocupadas que, ao que tudo indica, eram sucessivamente povoadas por grupos da mesma Tradição.

2) Fica também evidenciados que em termos gerais, as ocorrências do complexo cultural do sul, Guarani ou Sub-tradição Corrugada, concentram-se mais a partir de 800 anos passados para o presente, ao contrário do complexo do norte, ou Tupi, cuja concentração se faz basicamente a partir de 600 a.P. para o passado. Em termos amplos, e mais uma vez ressaltamos, de acordo com os dados disponíveis, os arqueólogos parecem estar definindo os momentos de povoamento mais denso Tupi no horizonte mediano-antigo da Tradição. Para o complexo Guarani estes momentos aparentam se concentrar no horizonte mediano-tardio da mesma. Como sabemos que ambos os complexos estenderam-se ao período colonial, resta clarificar a importância e o significado histórico dos dados produzidos pelos arqueólogos, neste caso.

3) Baseados nos dados apresentados acima, parece-nos coerente deduzir que o território Paranapanema/Guaratiba, ainda que extenso,

pode corresponder á area “core” e de definição cultural do complexo Tupi, cabendo este papel ao Rio Grande do Sul, no tocante ao Guarani.

Algumas Considerações

De acordo com as observações que pudemos efetuar analisando os dados comentados anteriormente, e cotejando-as com os esquemas teóricos propostos, algumas considerações se impõem, não no sentido de impugnar ou rejeitar os esquemas vigentes, mas tão somente objetivando esclarecer alguns contextos e delinear novas ideias.

1) Talvez que a questão menos discutível diga respeito á area onde se limitaram os dois complexos culturais. Aparentemente, tanto Schmitz quanto Brochado (e, em certa escala; também este estudo) embora apoiando-se em hipóteses diferenciadas, concluem que a área ocupada pelo atual Estado de São Paulo seria ou o foco de dispersão dos dois conjuntos ou o ponto convergente das extremidades do suposto movimento em pinça.

Ambos os autores apoiam-se em estudos diferentes de grotocronologia e ambos concluem que ao se estabelecerem nas áreas de ocupação os dois conjuntos já deveriam estar suficientemente caracterizados, tanto linguística, quanto culturalmente. E ambos também concordam, com o apoio de Scatamacchia (1990), que esta divisão ocorreu em algum ponto do território nacional, antes da ocupação da área.

Para nós um aspecto assume relevância (ainda que dúbia). É que existem estudos sérios de lingüistas, especialistas portanto, merecedores de todo o crédito, praticamente contemporâneos, que tanto podem servir de apoio para uma, quanto para outra assertiva, pois discordam em relação á época, mais tardia ou mais recente, de diferenciação Tupi e Guarani. Se, no entanto, reduzirmos a questão aos aspectos principais que ela envolve, definindo a existência dos dois grupos em período anterior á colonização do litoral, sem a preocupação de alterar os fatos para adapta-los a teoria pré-estabelecida, então poderemos aceitar a possibilidade de que aqueles mesmos especialistas, mais cedo ou mais tarde, encontrarão provas suficientes para a imposição de uma ou outra hipótese. Para nós é fundamental o fato de que ambos con-

cordam que ao colonizar a área, já estavam definidos os falantes de um e de outro grupo.

Por outro lado, se há um consenso em relacionar os grupos de fala Tupi, no norte ao predomínio da cerâmica pintada e os de fala Guarani, no sul, á cerâmica corrugada, é perfeitamente viável que esta assertiva seja considerada como um válido instrumento de trabalho. Neste caso, tanto a concentração de datas e de sítios, quanto as datações antigas para o trecho do litoral central entre o Paranapanema e o Rio de Janeiro, provavelmente indiquem com certa precisão que esta área corresponde aos momentos iniciais de caracterização da Tradição, Sub-Tradição ou complexo cultural “Pintado”, “Tupi” ou “Tupinambá”.

2) A questão das origens é muito mais complexa, mas está intimamente ligada ao aspecto discutido anteriormente, Não abordamos, propositalmente neste estudo, as datações do interior, especialmente aquelas do Piauí, Pará, Rondônia, Goiás, etc, pois muito provavelmente sejam estes locais no futuro que poderão esclarecer a questão das rotas iniciais de dispersão e povoamento. Neste momento, e desde o PRONAPA (1969), há também um consenso quanto á origem amazônica dos “proto-Tupiquarani”, perspectiva esta tornada aguda nos estudos recentes de Brochado. De sua tese geral não discutiremos aqui a parte inicial de vinculação à Sub-Tradição Guarita (exceto quanto ao problema tecnológico, mais adiante).

No que diz respeito, no entanto, á difusão ou migração da ilha de Marajó a São Paulo pelo litoral, num movimento norte-sul, os dados por nós analisados (e que, na verdade, são os mesmos utilizados por Brochado e Schmitz) não nos permitem aceitar a viabilidade da rota, desde que consideremos todo o contexto no qual se encaixam, respeitando não só o fator “forma”, mas também o “espaço” e, sobretudo, os dados cronológicos (o “tempo”).

O esquema proposto por Schmitz, exceto a questão inicial do povoamento do extremos sul por portadores da mesma Sub-Tradição Pintada, aproxima-se muito mais daquilo que julgamos viável, dentro do que nos foi lícito concluir da nossa leitura. O mapa que ilustra a posição de Migliazza (Schmitz, 1990:59) se adapta perfeitamente ás nossas conclusões.

3) Problemas tecnológicos: Sem dúvida os mais complexos de

todo este tema, embora nem sempre recebendo a merecida atenção por parte dos autores ao elaborarem suas perspectivas.

a) Pela leitura das publicações onde estes dados são explicitados, e também a partir da nossa própria experiência, sabemos que nem sempre a vinculação de uma fase (e mais ainda a de um sítio isolado) a uma das Sub-Tradições propostas é tarefa fácil, especialmente pelas variações percentuais ou de popularidade entre os fatores diagnósticos da decoração. Embora este tema seja motivo de um Projeto de aprofundamento temático que desenvolveremos em breve futuro, podemos adiantar que mais importante, até, do que a popularidade de ocorrência e de variação entre os tipos de decoração principais, é a tecnologia da sua produção, o estilo e o acabamento de sua confecção e outros fatores, inclusive morfológicos que, estes sim, poderão se constituir em fatores diagnósticos de peso, frente, especialmente ao mal uso da simples taxa de ocorrência deste ou daquele tipo de dado. Para nós parece não restarem dúvidas de que uma reabordagem mais totalizadora da questão e, ao mesmo tempo, mais detalhada, poderá ajudar a definir de forma mais completa os complexos culturais em análise.

b) Esta afirmação, da necessidade de uma visão mais completa e de conjunto, das relações entre os tipos de decoração, tecnologia de produção e morfologia do vasilhame, pode ser exemplificada em relação ao corrugado. Ele é o elemento decorativo básico da Sub-Tradição sulina, mas é também extremamente comum em diversos outros complexos culturais. Isto não invalida, em nenhum momento, seu uso como traço diagnóstico. Na Sub-Tradição Pintada, onde ele é também muito encontrado, será, no entanto, a sua técnica de elaboração que apresentará a variação mais sensível em relação ao complexo sulino, mais do que o seu percentual de ocorrência, inclusive.

No conjunto norte ele se apresenta comumente rebatido, espatulado, menos nítido e com menor relevo. São comuns as urnas que apresentam uma corrugação típica próxima à borda; logo abaixo ela passa a ser produzida por espatulas e este espatulado começa a ser cada vez mais amplo até que, normalmente a partir da metade da altura da peça, transforma-se praticamente num raspado longo, que raramente alcança a base.

É também necessário, a título de exemplificação, destacar que a Sub-Tradição Pintada, especialmente a partir do norte de São Paulo,

apresenta uma percentagem reduzida de decoração, menor do que o percentual apresentado pelas fases da mesma Sub-Tradição inseridas no sul, e muito menor do que aquele da Sub-Tradição Corrugada.

c) A questão técnica da policromia é também importante, sobretudo pela perspectiva proposta por Brochado, da estreita vinculação do complexo Tupiguarani com a Tradição Policroma amazônica. No que diz respeito aos aspectos tecnológicos é fundamental ressaltar que na Amazônia a policromia se manifesta sobre vasilhame morfológicamente diferenciado e associada a uma série de outros tipos de decorações plásticas (especialmente do inciso), além de se apresentar com motivações estilísticas bastante diversas daquelas encontradas no litoral. As propostas de rotas apresentadas por Brochado, baseadas exclusivamente na persistência de um único dado, a pintura policrômica (na verdade se tratando mais do uso da bicromia), sem considerar os demais elementos do contexto, nos parecem, pelos dados expostos, muito pouco consistentes.

d) O problema morfológico é também digno de ser lembrado, pois é, no mínimo desconcertante, observarmos que hora a morfologia é considerada base de estudo e fator diagnóstico de peso e hora não lhe é dada qualquer importância. Assim, por exemplo, na hipótese discutida acima as diferenças de forma observadas entre a Tradição Policroma amazônica e litorânea não tem significância suficiente para se constituir em fator limitativo para a proposta. As diferenças morfológicas, no entanto, são consideradas suficientemente fortes, mesmo que ocorrendo em escala muito menor de variação, para servirem como fator de particularização entre as duas sub-Tradições, Tupi e Guarani que, teoricamente, dela derivariam.

4) Quanto à questão da produção alimentar, considerada fundamental pela maioria dos autores e merecedora de um extraordinário trabalho de Brochado (1977), embora não discordemos no todo, não podemos concordar totalmente no particular, sobretudo com a proposta de Schmitz (1991: 37/s) que estabelece uma clara diferenciação entre o predomínio do consumo da mandioca “amarga” e “doce”, a primeira enfatizada pelas populações do norte e a segunda predominando no sul. Mesmo creditando à formulação que ela se baseia tanto na documentação histórica disponível, quanto na relação estabelecida pelos arqueólogos entre a tipologia e a função do vasilhame, e ainda considerando

que tal modelo seja útil, julgamos que é necessária a elaboração de uma leitura de maior profundidade. Ao nosso ver, enquanto não for possível uma análise globalizante e mais detalhada, especialmente da tipologia do vasilhame (desde que a questão da funcionalidade é ainda mais teórica), consideramos que tal assertiva deve ser encarada com muita cautela, especialmente para a caracterização do grupo Tupi, que é aquele para o qual dispomos de maior soma de informações e observações dos cronistas dos primeiros contatos europeus. Basta, a título de primeira consideração a respeito, lembrar que especialmente Lery (1534-1611: 1980), mais ainda do que Staden (sec. XVI: 1978) enfatiza o uso indiferenciado (em termos de predomínio) tanto da mandioca quanto do aipim, para os Tamoio ou Tupinambá. Também o acervo arqueológico da região do litoral central, demonstra que embora abundem as formas de boca aberta ou expandida (chamadas pelos cronistas citados, normalmente de "alguidares") são relativamente raras e pouco significativas, no total, os assadores e grelhas de cerâmica, considerados como indicadores primordiais, especialmente na amazônia, para a caracterização dos povos basicamente mandioqueiros.

Aparentemente, portanto, baseando-nos nos dados disponíveis, parece-nos que na área situada entre Paulo e Rio de Janeiro, aqui considerada "core" da Sub-Tradição Pintada, o cultivo e o consumo das duas variedades de *Manihot sculenta* Grantz foi, na verdade, a característica dominante. Somente estudos mais profundos poderão permitir aquilatar até que ponto (pelo menos para o norte) diminuiu a utilização da mandioca doce (o "aipim" ou "macaxeira") na dieta das populações locais.

Conclusão

Concluimos, pois, que os dois modelos atualmente mais aceitos de interpretação sobre as origens, difusão e colonização da Tradição Tupiguarani no litoral brasileiro, embora se constituam em utilíssimos instrumentos de trabalho, merecem estudos mais aprofundados e menos generalizadores. Objetivando este fim, propomos um Projeto Integrado de Pesquisas, para o qual convidamos alguns colegas para repartirem os encargos do manuseio dos dados e todos os interessados,

especialmente os pesquisadores que trabalham no assunto, para emprestarem a sua colaboração.

A título de elemento basal do Projeto, enfatizamos a necessidade da troca de informações detalhadas sobre os dados integrantes de cada unidade de análise, fase ou sítio isolado.

Como modelo inicial de proposta, apresentamos a ideia de que a região entre o Paranapanema e Guaratiba seja a zona “core” do povoamento Tupi, de onde grupos pressionaram os limites com a região sul e se expandiram para o norte. Sugerimos ainda, frente ao horizonte antigo estabelecido por um razoável número de datações disponíveis para a área, que tal povoamento pode ter ocorrido nos momentos iniciais da diferenciação Tupi e Guarani. Em relação á economia horticultora predominante, supomos que existam elementos documentais e arqueológicos suficientes para demonstrar o uso constante, embora com práticas alimentares diferenciadas, tanto da mandioca quanto do aipim, o que poderia reforçar nossa ideia anterior de que esta é uma daquelas áreas onde este cultígeno é mais antigo neste país, anterior mesmo á colonização por povos desta Tradição. A possibilidade da determinação de especializações em um ou outro desses cultivos, para o sul e para o norte, torna ainda mais instigante o Projeto agora proposto.

ABSTRACT: Some consideration about the tupi-guarani ceramic's diffusion models in Brazil — When the Nacional program of Archaeological Researches (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA) was established, the first Tupi-guarani Tradition diffusion model has been object of discussion among brazilian archaeologist. Although many can actually consider it as a surpassed point of view due to the advances obtained as more recent data came to light, in fact, the new models proposed on the basis of the elements later available strictly followed the same analytical methodology first adapted, concerning cultural diffusion of Tupi-guarani Tradition. As to say, deriving it from hypothetical focus located in the Amazon Area. Two of these models are mostly accepted. One, elaborated by Schmitz, that concludes for acultural-ecological perspective, for the author's explanation for diffudion views it as the result of environmental adaptation to different geographic areas, each of them occupied by cultural representants of Tupi-guarani Tradition. So far, he didn't dischart the “old” diffusionist perspective. The other one, proposed by Brochado is more generally accepted. However, besides the author's putting aside the existing radiocarbonic data-

tions chart, by reversing the coastal "Tupi" trend migration, he still keeps attached to the traditional concept of diffusion. This article discusses those questions and suggests not a new general model but the emphasis in more detailed local studies, assigning to "models" the role of hypothetical supports for simple schemes and guides requiring further discussions.

Bibliografia citada

- Brochado, José P. - Migraciones que difundieron la tradición alfarera Tupiguarani. *RELACIONES*, tomo VII, Sociedade Argentina de Antropologia, pp.7-39, Buenos Aires. 1973
- _____. Alimentação na Floresta Tropical. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRS. Porto Alegre. 1977
- _____. A Tradição cerâmica Tupiguarani na América do Sul. *CLIO*, N.III, UFPE, pp.47-60, Recife. 1980
- _____. An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America. Tese de Doutorado na Universidade de Illinois at Urbana-Champaign. 1984
- _____. A Expansão dos Tupi e da cerâmica Policrômica Amazônica. *DEDALO*, Universidade de São Paulo, 27:65-82. 1989
- _____. Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul. Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro. *CLIO*, Série Arqueológica N.4, pp.85-87. 1991
- Léry, Jean de. (1534-1611) - *Viagem à Terra do Brasil*. Ed. Universidade de S.Paulo (Reconquista do Brasil, Nova Série, 10). São Paulo. 1980.
- Migliazza, Ernest C. - Linguistic prehistory and the refuge model in Amazonia. In: *BIOLOGICAL DIVERSIFICATION IN THE TROPICS*, Ghilleen Prance, ed. Columbia University Press, N. Y. 1982
- Scatamacchia, Maria Cristina - A tradição Policroma no Leste da América do Sul Evidenciada pela Ocupação Guarani e Tupinambá. Fontes Arqueológicas e Etnohistóricas. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 1990
- Schmitz, Pedro I. - A Tradição cerâmica Tupiguarani: as sub-tradições e suas origens, in: *TEMAS DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA*, V: Os Cultivadores do Planalto e do Litoral, pp.50/s. Schmitz et alii, Editores. IGPHA, Goiânia . 1978-79-80
- Schmitz, Pedro I, et alii. - Uma aldeia Tupiguarani. Projeto Candelária. *ARQUEOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (BRASIL)*. Docs. IV, Inst. Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, RS. 1990
- _____. Pré-História do Rio Grande do Sul. *ARQUEOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (BRASIL)*. Docs. V, Inst. Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, RS. 1991
- Staden, Hans (sec. XVI) - *Duas Viagens ao Brasil*. Ed. Universidade de São Paulo (Reconquista do Brasil, 17). São Paulo. 1978
- PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas) - *Arqueologia Brasileira em 1968: Um relatório Preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas*. Pub. Av. Mus. Paraense Emílio Goeldi, 12. Belém. 1969